



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2012

Comentário de desempenho da administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Senhores Acionistas

A Multiplus encerrou o exercício de 2012 com 10,9 milhões de participantes e 369 parcerias com destaque para os supermercados além de novas parcerias dedicadas exclusivamente a resgates.

Em 2012, a administração trabalhou continuamente para a consolidação estratégica da rede, adicionando importantes parceiros de coalizão como a Editora Abril e os supermercados Muffato e Y.Yamada, que atuam no Paraná e no Pará, respectivamente. Para estimular ainda mais os resgates nos parceiros

de varejo, a Multiplus realizou importantes promoções como a “Black Friday” e Natal, e desenvolveu também ofertas direcionadas com a Droga Raia e a loja de roupas femininas Cori que apresentaram excelentes resultados.

Quanto aos resultados, a Multiplus encerrou o exercício de 2012 com 85,1 bilhões de pontos emitidos. O faturamento de pontos totalizou R\$1.870 milhões. A Companhia apresentou uma receita de serviços e pontos resgatados de R\$1.476 milhões e um lucro líquido de R\$224,3 milhões, representando uma margem líquida de 15,2%.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Informações Operacionais	2011	2012	2012 vs 2011
Participantes (milhões)	9,4	10,9	15,6%
Parcerias	190,0	369,0	94,2%
Pontos emitidos (bilhões)	76,2	85,2	11,8%
TAM Linhas Aéreas - TLA	20,2	17,4	-13,9%
Bancos, Varejo, Indústria e Serviços	55,9	67,7	21,1%
Pontos resgatados (bilhões)	49,8	65,9	32,3%
Passagens aéreas	48,7	62,3	27,9%
Outros produtos / serviços	1,1	3,5	237,0%
Taxas de <i>Breakage</i> (média últ. 12m, %)	24,1%	21,0%	-3,1p.p.
Número de funcionários	109	150	37,6%

Parcerias: total de 369,0, com crescimento de 94,2% em relação a 2011, resultado da estratégia da Companhia de construir sua rede diversificada de parceiros.

Pontos emitidos: 85,2 bilhões, com variação de 11,8% em comparação a 2011, produto da evolução positiva da quantidade de pontos emitidos para bancos, varejo, indústria e serviços.

Pontos resgatados: 65,9 bilhões de pontos Multiplus resgatados em 2012, provenientes do crescimento da emissão de pontos durante o ano.

Breakage (média dos últimos 12 meses): 21,0%, comparado a 24,1% em 2011.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Faturamento da venda de pontos

(Em R\$ mil)	2011	2012	2012 vs 2011
Faturamento da venda de pontos	1.525	1.871	22,7%
TAM Linhas Aéreas - TLA	338	227	-33,0%
Bancos, Varejo, Indústria e Serviços	1.187	1.644	38,5%

Faturamento da venda de pontos: R\$1.871 milhões, com crescimento de 22,7% sobre 2011, principalmente devido ao crescimento de 38,5% registrado no faturamento da venda de pontos para bancos, varejo, indústria e serviços.

Demonstração de Resultado

(Em R\$ mil)	2011	2012	2012 vs 2011
Demonstração do resultado			
Receita líquida	1.247	1.476	18,4%
Total dos custos dos serviços prestados	(842)	(1.092)	29,7%
Total das despesas operacionais	(94)	(146)	55,3%
Total dos custos e despesas operacionais	(937)	(1.238)	32,1%
Lucro operacional	310	238	(23,2%)
Despesas/receita financeira	102	87	(14,7%)
Derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(7)	17	342,9%
Resultado de equivalência patrimonial	0	(2)	N.A.
Lucro antes do IR e CS	405	340	(16,1%)
Imposto de renda e Contribuição social	(131)	(116)	(11,5%)
Lucro líquido no exercício	274	224	(18,2%)

Receita de serviços e pontos resgatados: R\$1.476 milhões, comparado a R\$1.247 milhões em 2011, devido, principalmente, ao crescimento do volume de pontos resgatados.

Custos dos serviços e resgate de pontos: R\$1.092 milhões, comparado a R\$842 milhões em 2011, resultante do aumento da quantidade de resgates dos pontos Multiplus disponíveis.

Despesas Operacionais: R\$146 milhões, comparados a R\$94 milhões em 2011, decorrente, em especial, do aumento do quadro de funcionários e do aumento das despesas com assessorias e consultorias, principalmente as relacionadas com a área de TI.

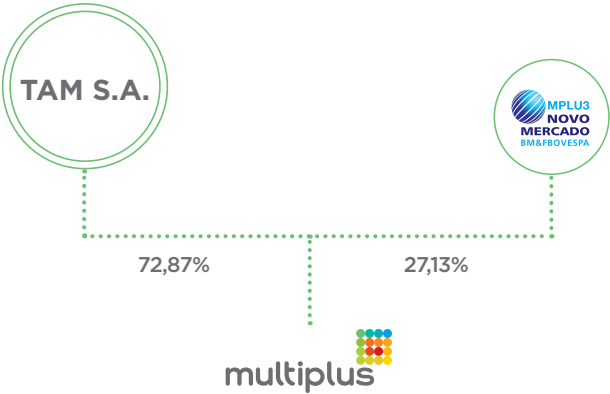
Resultado financeiro: R\$104 milhões, comparados a R\$95 milhões em 2011, principalmente devido aos juros sobre as aplicações financeiras do caixa da Multiplus, líquidos de outras despesas financeiras, tais como juros passivos, impostos sobre as operações financeiras e hedge accounting.

Lucro líquido: R\$224 milhões, comparado a R\$274 milhões em 2011, sensibilizado pela valorização cambial e pelo estorno de provisão da receita de breakage.

MERCADO DE CAPITAIS

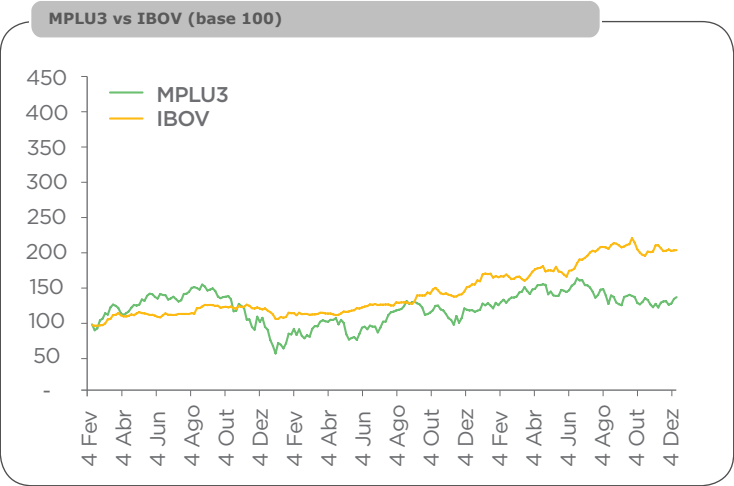
Estrutura Societária

A estrutura societária da Multiplus é a seguinte:



Desempenho das Ações

Em 31 de dezembro de 2012, as ações MPLU3 estavam cotadas a R\$47,72, representando uma valorização de 265,3% desde o início da oferta de ações e um valor de mercado de R\$7,7 bilhões. Em 2012, a variação foi de +55,4% comparada à valorização de 7,4% do índice Ibovespa (IBOV), e o volume médio diário de negociação foi de, aproximadamente, R\$ 16,7 milhões.



Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2012	2011
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	6	39.811	9.186
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	4.5	849.870	880.535
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	7	150.426	
Contas a receber	8	138.430	147.449
Tributos a recuperar		3.780	5.219
Partes relacionadas	9	16.964	39.425
Instrumentos financeiros derivativos	10		2.465
Adiantamentos a fornecedores	11	11.572	8.208
Demais contas a receber		1.537	715
		1.212.390	1.093.202
Não Circulante			
Ativos financeiros mantidos até o vencimento			138.009
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	16.011	18.542
Instrumentos financeiros derivativos	10	194	77
Depósitos judiciais		5	
Adiantamentos a fornecedores	11	9.645	16.416
Investimentos	13	4.369	
Imobilizado		2.530	1.381
Intangível	14	56.965	40.807
		89.719	215.232
Total do ativo		1.302.109	1.308.434

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2012	2011
Circulante			
Fornecedores		59.824	114.884
Salários e encargos sociais		10.214	7.825
Impostos, taxas e contribuições	15	3.839	13.423
Imposto de renda e contribuição social a pagar		11.719	
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar			65.355
Instrumentos financeiros derivativos	10	27.303	20.489
Receita diferida	16	1.025.952	794.297
Demais contas a pagar		9.878	4.615
		1.148.729	1.020.888
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	10	4.011	28.408
Receita diferida	16	123	
		4.134	28.408
Total do passivo		1.152.863	1.049.296
Patrimônio líquido			
Capital social	17 (b)	102.886	93.722
Reserva de capital		(3.714)	(11.869)
Reserva de lucros		87.713	211.496
Ajuste de avaliação patrimonial		(37.639)	(34.211)
Total do patrimônio líquido		149.246	259.138
Total do passivo e patrimônio líquido		1.302.109	1.308.434

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2012	2011
Receita líquida	19	1.476.014	1.246.812
Custos dos serviços e resgates de pontos	20	(1.092.431)	(842.068)
Lucro bruto		383.583	404.744
Vendas	20	(41.062)	(32.371)
Gerais e administrativas	20	(104.914)	(62.124)
Lucro operacional		237.607	310.249
Receitas financeiras	22	89.073	102.022
Despesas financeiras	22	(1.869)	(305)
Derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa	22	17.647	(6.584)
Resultado financeiro líquido		104.851	95.133
Resultado de equivalência patrimonial em <i>joint venture</i>	13	(2.203)	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		340.255	405.382
Imposto de renda e contribuição social	12 (a)	(115.950)	(131.136)
Lucro líquido do exercício		224.305	274.246
Lucro líquido por ação – em R\$			
Básico	23	1,38860	1,70010
Diluído	23	1,38166	1,69170

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	224.305	274.246
Outros componentes do resultado abrangente		
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	(298)	(53.515)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa – realizado	(4.896)	1.680
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.766	17.624
	(3.428)	(34.211)
Total do resultado abrangente do exercício	220.877	240.035

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros					
		Reserva de capital	Remuneração baseado em ações	Reserva legal	Lucros retidos	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2010	692.385	(23.322)	1.538	5.919	82.083			758.603
Lucro líquido do exercício							274.246	274.246
Hedge de fluxo de caixa						(53.515)		(53.515)
Hedge de fluxo de caixa realizado						1.680		1.680
Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos						17.624		17.624
Total do resultado abrangente						(34.211)	274.246	240.035
Redução do capital social – AGE (i) 18/03/2011, efetivada em 22/06/2011	(600.014)							(600.014)
Aumento de capital social – RCA (ii) 10/10/2011	1.351							1.351
Plano de remuneração baseado em ações			9.915					9.915
Destinação dos Lucros Retidos:								
Pagamento de JCP(iii) – RCA 20/12/2010, efetivado em 07/01/2010					(16.936)			(16.936)
Pagamento de dividendos – RCA 01/03/2011					(65.147)			(65.147)
Destinação do lucro do exercício:								
Constituição de reserva legal				12.825			(12.825)	
Dividendo mínimo obrigatório:								
JCP antecipado – RCA 20/12/2011 – R\$ 0,11636/ação							(22.092)	(22.092)
Dividendos propostos a pagar – R\$ 0,28863/ação							(46.577)	(46.577)
Constituição de reserva de lucros a distribuir					192.752		(192.752)	
Total da contribuição dos acionistas e distribuição aos acionistas:	(598.663)		9.915	12.825	110.669		(274.246)	(739.500)
Em 31 de dezembro de 2011	93.722	(23.322)	11.453	18.744	192.752	(34.211)		259.138

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Reserva de capital Reserva de capital	Reserva de lucros Remuneração baseado em ações	Reserva legal	Lucros retidos	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2011	93.722	(23.322)	11.453	18.744	192.752	(34.211)		259.138
Lucro líquido do exercício							224.305	224.305
Hedge de fluxo de caixa						(298)		(298)
Hedge de fluxo de caixa realizado						(4.896)		(4.896)
Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos						1.766		1.766
Total do Resultado Abrangente						(3.428)	224.305	220.877
Aumento de capital (Nota 17 (b))	9.164							9.164
Plano de remuneração baseado em ações			8.155					8.155
Pagamento de dividendos – RCA 09/02/2012, efetivado em 23/02/2012					(192.752)			(192.752)
Destinação dos lucros do exercício:								
Constituição de reserva legal				1.833			(1.833)	
Pagamento de dividendos conforme RCA de 7/11/2012, efetivado em 19/11/2012 – R\$ 0,90661/ação							(146.810)	(146.810)
Pagamento de JCP conforme RCA de 7/11/2012, efetivado em 19/11/2012 – R\$ 0,05265/ação							(8.526)	(8.526)
Constituição de reserva de lucros a distribuir					67.136		(67.136)	
Total da contribuição dos acionistas e distribuição aos acionistas:	9.164		8.155	1.833	(125.616)			(330.769)
Em 31 de dezembro de 2012	102.886	(23.322)	19.608	20.577	67.136	(37.639)		149.246

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(i) AGE – Assembleia Geral Extraordinária (ii) JCP – Juros Sobre Capital Próprio (iii) RCA – Reunião do Conselho de Administração

Demonstrações do fluxo de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2012	2011
Em 31 de dezembro			
Lucro líquido do exercício		224.305	274.246
Ajustes ao resultado:			
Provisão para participação nos lucros		6.061	5.734
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12 (a)	4.296	299
Depreciação e amortização	20	5.841	5.022
Plano de remuneração baseado em ações		8.155	9.915
Provisão para custos a incorrer		5.676	3.217
Encargos			(168)
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos		73	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8	584	
Parcela não efetiva das operações de <i>hedge</i>	22	(17.647)	6.584
Resultado de equivalência patrimonial	13	2.203	
Variações nos ativos e passivos			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		30.665	(121.748)
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		(12.417)	(88.735)
Contas a receber		8.398	(56.548)
Tributos a recuperar	11	1.439	(1.450)
Partes relacionadas		22.461	418.785
Adiantamento a fornecedores		3.407	
Instrumentos financeiros derivativos		(2.782)	(12.064)
Demais contas a receber		(822)	(24.486)
Fornecedores		(55.060)	2.644
Salários e encargos sociais		(3.671)	(3.870)
Impostos, taxas e contribuições		66.020	119.332
Imposto de renda e contribuição social a recuperar/pagar		11.719	
Receita diferida		231.778	179.747
Demais contas a pagar		(415)	1.017
Caixa gerado pelas atividades operacionais		540.267	717.473
Tributos pagos		(76.815)	(111.552)

	Nota	2012	2011
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		463.452	605.921
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado		(601)	(575)
Aquisição de ativo intangível		(22.587)	(25.426)
Aquisição de investimento	13	(6.571)	
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(29.759)	(26.001)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Redução de capital social			(600.014)
Aumento de capital social	17(b)	9.164	1.351
Dividendos pagos		(386.139)	(66.370)
Juros sobre capital próprio pagos		(26.093)	(16.936)
Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades de financiamentos		(403.068)	(681.969)
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa		30.625	(102.049)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		9.186	111.235
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		39.811	9.186

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxo de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2012	2011
Receitas			
Vendas mercadorias, produtos e serviços	19	1.628.143	1.373.446
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8	(584)	
		1.627.559	1.373.446
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos, das mercadorias, e dos serviços vendidos		(1.094.987)	(843.037)
Materiais, energia, serviço, terceiros e outros		(95.350)	(54.254)
		(1.190.337)	(897.291)
Valor adicionado bruto		437.222	476.155
Retenções			
Depreciação e amortização	20	(5.841)	(5.022)
Valor adicionado líquido produzido		431.381	471.133
Valor adicionado recebido em transferência			
Equivalência patrimonial	13	(2.203)	
Receitas financeiras		107.511	102.022
Valor adicionado total a distribuir		536.689	573.155

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2012	2011
Distribuição do valor adicionado		536.689	573.155
Pessoal			
Remuneração direta		31.758	27.630
Benefícios		2.019	1.171
F.G.T.S.		1.441	943
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		272.482	260.542
Municipais		319	387
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		2.663	6.889
Aluguéis		1.702	1.347
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos		146.810	46.577
Juros sobre capital próprio		8.526	22.092
Lucro retido do exercício		68.969	205.577

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Multiplus S.A. (“Multiplus” ou “Companhia”) é uma sociedade domiciliada no Brasil na Av. Nações Unidas nº 12.901 - 21º Andar, Torre Norte, Brooklin, São Paulo, SP, constituída em 6 de agosto de 2009, que tem como objeto social o desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes, a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito dos programas de fidelização de clientes, a criação de bancos de dados de pessoas físicas e jurídicas, a obtenção e processamento de informações transacionais referentes a hábitos de consumo, a representação de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e a prestação de serviços auxiliares ao comércio de bens e produtos, incluindo, porém não se limitando, a sua importação e exportação, além da aquisição de itens e produtos relacionados, direta e indiretamente, à consecução das atividades anteriormente descritas.

Multiplus é uma companhia aberta no âmbito do “Novo Mercado” da BMF&Bovespa desde 3 de fevereiro de 2010, tendo efetuado uma oferta Pública de Ações em 5 de fevereiro de 2010, com a captação de recursos no montante de R\$ 692.385, mediante a subscrição e integralização de 43.274.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$ 16,00 por ação. Desse montante, foram deduzidos os custos no montante de R\$ 35.336 que líquido dos efeitos tributários de R\$ 12.014, totalizou R\$ 23.322. Conforme deliberado pelas Reuniões do Conselho de Administração de 4 de fevereiro de 2010 e de 1º de março de 2010, todos os recursos captados foram destinados ao capital social. A Companhia negocia suas ações sob a sigla MPLU 3.

A Companhia resultou de uma reestruturação societária iniciada pela sua controladora TAM S.A. (“TAM”), mediante a segregação e transferência da totalidade do negócio de fidelização de clientes da TAM Linhas Aéreas S.A. (“TLA”) para uma entidade independente, com o objetivo de conferir maior racionalização

nas estruturas operacional, administrativa e financeira do negócio de fidelização de clientes da TLA, bem como obter maior eficiência, rentabilidade e independência. A partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia assumiu a gestão operacional exclusiva do Programa TAM Fidelidade.

A principal fonte de receita da Companhia advém da emissão de pontos Multiplus para os parceiros comerciais, incluindo a TLA, os quais, por sua vez, oferecem esses pontos aos seus participantes para que sejam resgatados por prêmios. Nesse âmbito, a Companhia permite que os seus participantes acumulem pontos Multiplus ao realizarem suas compras e os resgatem por prêmios por meio dos programas dos parceiros comerciais de coalizão.

Além da venda de pontos, a Companhia também oferece o gerenciamento de programas de fidelização para parceiros comerciais. Atualmente, de acordo com o Contrato Operacional firmado com esse objetivo, Multiplus presta esse serviço à TLA, que consiste, basicamente, na operação do Programa TAM Fidelidade. Esse contrato possui prazo de vigência de 15 anos, podendo ser prorrogado por períodos adicionais de cinco anos, e estabelece, entre outras coisas, os honorários mensais devidos pela TLA por este serviço. A rescisão do contrato por qualquer motivo não prevê ônus, multa ou penalidade, salvo o ressarcimento dos investimentos efetivamente realizados e não amortizados feitos para o cumprimento do Contrato Operacional.

A Companhia adota um modelo de negócio que difere das coalizões tradicionais, pois é flexível e se origina da junção dos benefícios dos dois modelos existentes: coalizões e programas individuais. Ao invés de substituir os programas dos parceiros, a Companhia os conecta em uma rede mais abrangente. Desta forma, a Companhia não compete, mas coopera com os programas de fidelização de seus parceiros comerciais, dando a estes alternativas de resgates de alta atratividade, ao mesmo

tempo em que permite aos parceiros comerciais continuar o relacionamento com seus consumidores.

A lista de parceiros comerciais da Companhia inclui importantes empresas de vários setores da economia, como postos de combustível, livrarias, cartões de crédito, bancos, hotéis entre outros. Ao contrário dos programas de fidelização individuais tradicionais, por meio de uma conta Multiplus é permitido que os participantes dos programas de fidelização dos parceiros comerciais decidam se transferirão seus pontos entre os diversos programas de fidelização que compõem a rede Multiplus ou se concentrarão os pontos acumulados de diferentes programas de fidelização em uma única conta Multiplus.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2013.

1.1. LATAM Airlines Group S.A.

Conforme Fato Relevante divulgado em 22 de junho de 2012 pela TAM, as companhias TAM S.A. e LAN Airlines S.A. (“LAN”) informaram que foi concluída com êxito a Oferta Pública de Permuta de Ações para o Cancelamento de Registro de Companhia Aberta da TAM S.A. e que se tornou eficaz o acordo de acionistas celebrado em 25 de janeiro de 2012 entre TAM, LAN, TEP Chile S.A. e Holdco I S.A. Desta forma, LAN e TAM concluíram em 22 de junho de 2012 seu processo de união, dando origem à LATAM Airlines Group S.A. (“LATAM”).

TAM S.A. é controladora da Companhia com 72,87% de participação. A união ora mencionada não altera os termos do Contrato Operacional firmado em 10 de dezembro de 2009 com validade de 15 anos que estabelece os termos e condições que regem o relacionamento entre a Companhia e a TLA (Nota 9).

1.2 Prismah Fidelidade S.A.

Multiplus controla em conjunto com a AIMIA Newco UK LLP (“Aimia”) a empresa Companhia Brasileira de Serviços de Fidelização S.A. (“CBSF”) constituída em 2 de abril de 2012 e efetivação em 29 de junho de 2012, e que teve sua razão social alterada para Prismah Fidelidade S.A. (“Prismah”), cujo objeto social é a prestação de serviços diversos e desenvolvimento de programas relacionados a programas de fidelidade/relacio-

namento com clientes e programas de incentivos à cadeia de vendas para empresas incluindo, mas sem se limitar, à gestão de relacionamento com clientes, consultoria técnica e consultoria tecnológica, por meio de programas de pontos ou outras moedas de troca passíveis de conversão em pontos de programas de fidelidade (Nota 13).

2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária e os Pronunciamentos, as Orientações e Instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) os quais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis vigentes a partir de 2012 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (“moeda funcional”) e são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor (Nota 6).

2.5. Ativos financeiros

2.5.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias: valor justo mensurado por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e mantidos até o vencimento. A Companhia não possui nenhum ativo financeiro classificado como disponível para venda. A classificação depende da natureza e finalidade para as quais os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação no momento do reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são aqueles ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de proteção (*hedge*). Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Os ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica “Resultado Financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado em que a operação protegida foi contabilizada.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em mercado ativo. São avaliados ao custo amortizado e classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados no ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as “contas a receber”, “outras contas a receber” e “caixa e equivalente de caixa”, com exceção de alguns investimentos de curto prazo que se enquadram na definição de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia manifesta intenção e possui capacidade financeira para isso.

2.5.2. Reconhecimento e mensuração de ativos financeiros

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de sua propriedade. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Tais técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e a análise de fluxos de caixa descontados.

2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los sob uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período do relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas apenas se houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa estimados desse ativo.

Os critérios utilizados para determinar se há uma evidência objetiva de uma redução ao valor podem incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relacionadas com a dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

• Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, aqueles que na avaliação individual não representam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada pela Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após um período de dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de proteção (*hedge*) nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). A Companhia adota o *hedge accounting* e designa certos derivativos como instrumento de *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa) (Nota 10).

A necessidade da adoção do *hedge accounting* leva em conta o fato de que o faturamento da Companhia está parcialmente ligado ao dólar norte-americano e o reconhecimento da receita é feito em relação à curva de resgate de pontos, havendo um descasamento entre o momento do acúmulo (faturamento e reconhecimento da receita diferida) dos pontos e o seu efetivo resgate (reconhecimento da receita na demonstração do resultado). Desta forma, o *hedge accounting* tem como principal objetivo a compatibilização temporal entre o efeito das operações de *hedge* e sua contabilização, aproximando de forma expressiva o resultado contábil do resultado econômico. Adicionalmente, em uma relação de *hedge* altamente efetiva, espera-se minimizar o impacto da variação do valor justo dos derivativos na linha de resultados financeiros da Companhia.

A Companhia considera os fluxos de caixa oriundos de vendas futuras de pontos como operações altamente prováveis, e classifica os derivativos contratados para a cobertura dos riscos de variação cambial associados a estas vendas como *hedge* de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo ou passivo no balanço patrimonial e são mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas em cada período como ajustes de avaliação patrimonial em resultados abrangentes no patrimônio líquido, quando as transações forem elegíveis e caracterizadas como um *hedge* efetivo, na modalidade de fluxo de caixa. Eventuais inefetividades calculadas serão registradas como ganhos ou perdas no resultado financeiro do período. O ganho ou perda relacionado com a porção ineficaz é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado dentro do resultado financeiro.

A Companhia documenta, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de proteção (*hedge*) e os itens protegidos, explicitando o objetivo da gestão de risco e estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta, tanto no início quanto de forma contínua, os cálculos e/ou avaliações demonstrando que as operações de *hedge* são altamente eficazes na redução do risco cambial associado aos itens protegidos.

No *hedge* de fluxo de caixa, a Companhia protege a variação de suas receitas proveniente das variações de taxa de câmbio no momento do faturamento e contabiliza as variações do

valor justo dos instrumentos financeiros derivativos. A parcela efetiva das variações de valor justo designada e qualificada como *hedge*, nesta modalidade, é registrada contabilmente no patrimônio líquido (em resultados abrangentes) e a parcela inefetiva e o valor temporal que não faz parte da relação de cobertura é registrada no resultado financeiro. A parcela efetiva lançada no patrimônio líquido em resultados abrangentes somente será transferida para o resultado do período, em conta de resultado apropriada para o item protegido (receita), quando o item protegido for efetivamente realizado. Todo ganho ou perda acumulado existente permanecerá registrado no patrimônio líquido até que a operação prevista seja realizada (ou prescreva) e seja finalmente reconhecida no resultado operacional. Entretanto, quando um item objeto de *hedge* não for realizado ou quando um *hedge* não atender mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo o ganho ou perda acumulado existente será removido do Patrimônio Líquido, transitando pela linha de resultado financeiro.

A Companhia utiliza *zero cost collar*, *swaps* e *forwards* como instrumentos de *hedge* e seus respectivos cálculos de valor justo são realizados com base em metodologias amplamente aceitas pelo mercado como o modelo de *Black-Scholes* para opções, e o fluxo de caixa descontado para *swaps* e *forwards*. Os dados significativos incluídos no modelo foram:

- Preço do ativo-objeto
- Preço de exercício
- Volatilidade de preço do ativo-objeto
- Taxa de juros livre de risco
- Tempo de duração
- Taxa de juros em moeda estrangeira

Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação cambial na receita protegida.

O cálculo do valor justo é realizado por consultoria externa com o objetivo de obter dados através de fonte externa e isenta à Companhia e utiliza como base de informação e cotação a BM&FBovespa e Banco Central do Brasil.

A Companhia não classifica nenhuma operação de derivativos como *hedge* de valor justo ou investimento líquido.

2.8. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de pontos no curso normal das atividades da Companhia. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são contabilmente reconhecidas pelo valor justo no momento inicial e posteriormente avaliadas ao custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva, menos provisão para perda na realização. Devido à natureza de curto prazo, a Companhia reconhece as contas a receber pelo montante original de venda. Uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa) é reconhecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para valores a receber vencidos por mais de 180 dias, exceto para casos de renegociações e entre partes relacionadas. O total da provisão para perdas é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 8).

2.9. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto nos casos em que estiverem relacionados com itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferida é calculada com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço no país em que Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem à interpretação, estabelece provisões, quando apropriadas com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes pagos antecipadamente excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método de passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

As alíquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente (Nota 12).

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos desde que seja provável que o lucro tributável futuro seja suficiente para a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. Considerando que tais projeções podem, em virtude disso, sofrer alterações, a administração as revisa periodicamente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando estes estejam sob fiscalização e administração de uma mesma autoridade fiscal. Desta forma, os tributos diferidos ativos e passivos administrados e fiscalizados por diferentes autoridades fiscais ou exigíveis em diferentes países, são apresentados em separado, e não pelos seus valores líquidos.

2.10. Investimentos

(a) Controlada em conjunto (“joint venture”)

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em entidades controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A participação da Companhia em entidades controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do

resultado (Nota 13). Quando a participação da Companhia nas perdas de *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigação ou efetuado pagamentos em nome da *joint venture*.

2.11. Ativo intangível

(a) Software e projetos de TI

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a dez anos.

Custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, na medida em que são incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante o seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

As despesas relacionadas com a manutenção de *software* são reconhecidas quando incorridas.

2.12. Redução ao valor recuperável de ativos não circulante (“*impairment*”)

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo montante correspondente à diferença entre o valor contábil do ativo e o seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo reduzido dos custos de venda e o valor em uso.

2.13. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

As contas a pagar a fornecedores são inicialmente reconhecidas ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Na prática, devido à natureza de curto prazo da maioria das contas a pagar a fornecedores, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14. Receita diferida

As contas de receita diferida abrangem a receita relacionada ao Programa Multiplus (Nota 2.20). São avaliadas pelo seu valor justo no momento inicial, em contrapartida às contas a receber e reconhecidas no resultado na medida em que os pontos do Multiplus são resgatados.

2.15. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Multiplus ao final do exercício. As demonstrações financeiras refletem os dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia, equivalentes

a 25% do lucro contábil e antecipações aprovadas pelo Conselho de Administração. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que sua distribuição é aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária ou Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.16. Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no programa de participação nos lucros e determinados indicadores operacionais. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações da Companhia, segundo os quais a entidade recebe os serviços como contraprestações por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O plano de remuneração baseado em ações é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na Nota 18.

O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direito devem ser atendidas), reduzido pelo impacto de qualquer condição não relacionada ao mercado durante o período de carência (por exemplo, objetivos de lucratividade ou aumento de vendas). Essas condições não relacionadas ao mercado são incluídas nas premissas utilizadas para definição do número de opções esperadas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas de quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, prospectivamente.

2.17. Custos de transação

Os custos de transação relacionados à abertura do capital da Companhia foram contabilizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, reduzindo o valor inicial dos recursos captados, deduzidos dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

2.18. Capital social

O capital social é formado por ações ordinárias e está classificado no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações e opções são demonstrados no patrimônio líquido como dedução do valor captado, líquido de efeitos tributários.

2.19. Provisões

A Companhia reconhece provisões para despesas ou obrigações quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) resultante de eventos passados; (ii) é provável um desembolso de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos e contribuições, e que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões são apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correspondentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma obrigação são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido, mas somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.20. Reconhecimento da receita

O faturamento de pontos Multiplus, decorrente da venda aos parceiros comerciais, é contabilizada como receita diferida no momento da emissão dos pontos. Na medida em que os pontos da Multiplus são resgatados, o faturamento é reconhecido na demonstração do resultado como receita bruta. Desta forma, a receita bruta na demonstração do resultado é composta pelo valor dos pontos resgatados e pelo valor dos pontos que se estima não serão resgatados (*Breakage*) (Nota 3(a)).

2.21. Reconhecimento de custos e despesas operacionais

Os principais custos da Multiplus estão relacionados aos pontos resgatados (incluindo os pontos prêmios distribuídos), especialmente passagens-prêmio. As despesas operacionais incluem despesas com vendas, gerais e administrativas, incluindo salários, encargos e benefícios, centro de serviços compartilhados, sistemas de informação, *call center*, jurídicas, *marketing* e outras (Nota 20).

2.22. Reconhecimento de receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e as taxas efetivas ao longo do período até o vencimento ou o encerramento do exercício (Nota 22).

2.23. Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Diretor Presidente. Devido à base de custos essencialmente fixos das operações da Multiplus, embora o tomador de decisões avalie todo o período apresentado sobre receitas em diversos níveis, o desempenho da Multiplus é avaliado como um todo, e conclui-se que existe somente um segmento operacional.

2.24. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Diversas normas, emendas à normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses novos *standards* tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia exceto pelo IFRS 9 *Financial Instruments*, o qual é mandatário a partir de 1º de janeiro de 2015 e pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia. A Companhia não espera adotar esse *standard* antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012.

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros: aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração relacionados à classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas no IAS 39. A principal mudança é a de que os casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração do resultado, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9.

- IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas: substitui a atual IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 Consolidação – Entidades de propósito específico. Altera a definição de controle para que os mesmos critérios sejam aplicados em todas as entidades para se determinar o controle. Exclui orientação especificamente para empresas de investimento. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta norma foi incluída como alteração ao texto do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. A aplicação desta norma não traz impactos para Companhia.
- IFRS 11 – Negócios em conjunto: substitui as atuais normas e interpretações sobre o tema (IAS 31 Participações em empreendimentos em conjunto). Reduz os tipos de negócios em conjunto a dois: operações conjuntas (“*joint operations*”) e negócios em conjunto (“*joint ventures*”) e elimina a escolha da política contábil de consolidação proporcional para entidades controladas em conjunto e passa a ser obrigatória a utilização da equivalência patrimonial para os participantes em *joint venture*. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta norma foi incluída como alteração ao texto do CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto. A aplicação desta norma não traz impactos para Companhia, visto que os investimentos registrados já são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
- IFRS 12 – Divulgação de participação em outras entidades: substitui os requisitos de divulgação atualmente encontrados no IAS 28 Investimentos em coligadas. Estabelece as divulgações exigidas para entidades que reportam as IFRS 10 e IFRS 11 e requer que as entidades divulguem informações que ajudem os usuários das demonstrações financeiras a avaliar a natureza, os riscos e efeitos financeiros associados às participações em subsidiárias, coligadas, controladas em conjunto e entidades/estruturas não consolidadas. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta norma foi considerada em um novo pronunciamento CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades. A aplicação desta norma não traz impactos para Companhia.
- IFRS 13 – Mensuração pelo valor justo: explica como mensurar o valor justo e objetiva melhorar as divulgações de valor justo. É aplicável quando uma norma exige ou permite a mensuração ou divulgação de valor justo e tem como principal ponto a divulgação correta da classificação por nível (nível 1, 2 ou 3) dos itens mensurados ao valor justo. A norma foi emitida em junho de 2011 e é aplicável a partir de 1º de janeiro

de 2013. Esta norma foi considerada em um novo pronunciamento CPC 46 – Mensuração do Valor Justo. A aplicação desta norma não traz impactos para Companhia.

- IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras: as alterações requerem que as empresas separem itens apresentados em outros resultados abrangentes em dois grupos, considerando se os itens serão realizados contra o resultado ou não em um momento futuro. As empresas que apresentam os itens de outros resultados abrangentes antes dos impostos deverão apresentar o total dos impostos em separado para esses dois grupos. A alteração é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta norma não traz impactos para Companhia.
- IAS 19 – Benefícios a empregados: as alterações referem-se a eliminação da abordagem por corredor, o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, o reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado e a substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A norma foi alterada em junho de 2011 e é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Essa alteração foi incluída no texto do pronunciamento CPC 33(R1) – Benefícios a empregados. A aplicação desta norma não traz impactos para Companhia.

3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPC e os IFRS exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos contábeis são constantemente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e outros fatores, entre os quais expectativas de acontecimentos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. As estimativas contábeis, por definição não são iguais aos correspondentes resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajuste relevante no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte são discutidas a seguir:

(a) Estimativa de pontos emitidos e não utilizados até o vencimento – Breakage

Os pontos vendidos pela Multiplus têm sua receita reconhecida somente quando são resgatados. Entretanto, uma vez que cada ponto emitido tem validade de dois anos, alguns expiram antes do resgate. Essa situação é conhecida como *breakage* e gera uma receita livre de custo. No fim de cada mês, a Companhia faz uma provisão do montante equivalente à receita esperada de *breakage* (denominado passivo de *breakage*) e promove um reconhecimento gradual dessa receita na demonstração do resultado.

O passivo de *breakage* é calculado com base na média de 12 meses do percentual de pontos emitidos e não utilizados até o vencimento, aplicada sobre o faturamento de pontos. O reconhecimento gradual da receita de *breakage* é realizado de acordo com a média de 12 meses do percentual de realização dos resgates, ou seja, pelo percentual de pontos acumulados e resgatados no período, aplicado sobre o passivo calculado na forma acima e limitado ao saldo registrado.

4. GESTÃO DE RISCOS

4.1. Gestão de risco financeiro

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes à atividade operacional (risco comercial) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

A Companhia também está sujeita à Política de Riscos Financeiros formalizada pela sua controladora, TAM S.A., que define as regras e permite ao Departamento de Tesouraria realizar operações de proteção. A gestão dos riscos é monitorada pelo Comitê de Auditoria e Finanças da Companhia em conjunto com o Comitê de Riscos da Controladora que tem, entre outras atribuições:

- Decidir sobre o aumento dos níveis percentuais de proteção, dentro dos limites estabelecidos na Política de Riscos Financeiros, baseado em questões estratégicas e monitorar o comparativo entre os cenários orçados e de mercado.
- Gerenciar e administrar a exposição de riscos.
- Monitorar o cumprimento da política de risco.
- Estabelecer limites financeiros a todas as instituições autorizadas a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos.
- Monitorar o desempenho das operações com instrumentos financeiros derivativos.

Cabe ao Departamento de Tesouraria, entre outras atividades, planejar e implementar as decisões do Comitê de Riscos, certificar-se de que as operações de *hedge* foram contratadas em conformidade com os parâmetros do mercado e informar o Comitê de Riscos sobre desvios à Política.

Tais derivativos, quando contratados, são usados de acordo com as políticas da Companhia, considerando a liquidez, o impacto sobre os resultados e a análise de custo/benefício de cada posição tomada. O controle sobre o uso de derivativos inclui assegurar que as taxas em contratos de derivativos sejam compatíveis com as taxas de mercado.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de proteger entre 25% e 100% os fluxos de caixa previstos em dólar pelos 12 meses subsequentes, sendo revisada periodicamente pelo Comitê de Risco. Aproximadamente, 100% das vendas futuras de pontos projetadas em dólar se qualificam como transações previstas “altamente prováveis” para fins de contabilização de *hedge*.

A Companhia não opera e não negocia instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

(a) Riscos de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia está exposta a risco cambial em decorrência de suas atividades comerciais normais, visto que a maior parte dos contratos de venda de pontos com as instituições financeiras são referenciados em dólares americanos. As variações na taxa de câmbio R\$/US\$ podem afetar o seu fluxo de caixa, fatura-

mentos futuros e resultado (pelo reconhecimento da receita se dar no momento do resgate de pontos). O risco a que a Companhia está exposto, pode ser caracterizado como a possibilidade de um fluxo de caixa futuro inferior ao projetado devido a uma eventual queda ou aumento na taxa de câmbio R\$/US\$.

Em 31 de dezembro de 2012, se o real tivesse variado em torno de 10% em relação ao dólar norte-americano, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o resultado financeiro teria uma variação, para mais ou para menos de R\$ 44.507/R\$ 57.106 (2011 – R\$ 19.041/R\$ 1.283), principalmente em decorrência de ganhos/perdas cambiais na conversão das operações de *hedge*.

(ii) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia são afetados pelas variações que as taxas de juros exercem na geração da receita de juros sobre os saldos de caixa e aplicações de curto prazo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para proteção do fluxo de caixa contra variações nas taxas de juros, mantendo a maior parte do seu caixa em aplicações financeiras atreladas ao CDI.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado internamente e revisado pelo Comitê de Auditoria e Finanças com base na Política de Aplicações Financeiras, que determina concentrações máximas por contraparte de acordo com o tipo de aplicação financeira e a classificação de risco de crédito da instituição. O risco de crédito decorre de aplicações de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado, varejo e instituições financeiras, incluindo contas a receber em aberto. Atualmente, os recebíveis da Multiplus estão concentrados em instituições financeiras e na contraparte TLA. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impairment* é avaliada mediante referência às clas-

sificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Os *ratings* são expressos em escala nacional. Cada agência possui uma maneira ligeiramente diferente de apresentar o *rating*. A tabela abaixo unifica as apresentações naquela que é, possivelmente, a mais difundida.

Tipo de Aplicação	Liquidez	Alocação Máxima	Alocação Mínima	Valor (R\$) 2012
Fundo de investimento exclusivo	Imediata	100%	50%	849.870
CDB / Letra Financeira (- AA- ou melhor)	Máximo 4 anos	50%	0%	150.426

- Participação por classe de ativos:

Exposição	Participação no Patrimônio Líquido
CDI	45,54%
Selic	27,68%
Caixa	14,33%
Pré	8,01%
IPCA	3,74%
Cotas de Fundos	0,67%
Dólar	0,03%

- Por título:

Exposição	Participação no Patrimônio Líquido
Tít. Pub. Renda Fixa	58,02%
Tít. Priv. Renda Fixa	41,29%
FIDCs	0,69%

• Participação por produto:

Exposição	Participação no Patrimônio Líquido
Letras financeiras (CDI)	31,84%
Letras financeiras do Tesouro	28,36%
Caixa / Operações compromissadas	14,69%
Letras do Tesouro Nacional	9,06%
CDB (CDI)	5,11%
Debêntures	3,94%
Notas do Tesouro Nacional – Série B	3,84%
Notas do Tesouro Nacional – Série F	2,47%
FIDC	0,69%

• Por rating:

Exposição	Participação no Patrimônio Líquido
AAA	30,03%
AA	9,66%
A	2,26%
Títulos Públicos	58,05%

(c) Risco de liquidez

A operação da Companhia, que em seu curso normal vende os pontos de programas de fidelidade antes de serem resgatados pelos participantes, tem caráter positivo em termos de geração de caixa, minimizando seu risco de liquidez. A Companhia investe seu caixa excedente em fundos de investimentos restritos e títulos bancários, respeitando a Política de Aplicações Financeiras, que determina alocações máximas e mínimas por tipo de aplicações de prazos, abaixo demonstrada, sendo que exceções devem ser aprovadas pelo Comitê de Auditoria e Finanças da Companhia. Os *ratings* são expressos em escala nacional. Cada agência possui uma maneira ligeiramente diferente de apresentar o *rating*. A tabela acima unifica as apresentações naquela que é, possivelmente, a mais difundida.

Tipo de Aplicação	Liquidez	Alocação Máxima
Fundo de investimento exclusivo	Imediata	100%
CDB/Letra Financeira (- AA- ou melhor)	Máximo 4 anos	50%
CDB/Letra Financeira (- A-; A+)	Máximo 3 anos	30%
Notas soberanas (<i>offshore</i>)	De 6 a 18 meses	20%
Outras notas (<i>offshore</i>)	De 6 a 24 meses	10%

O gerenciamento prudente do risco de liquidez envolve: (i) manter caixa e aplicações financeiras de curto prazo suficientes para honrar seus compromissos financeiros, (ii) conferir disponibilidade de recursos por meio de um valor adequado de linhas de crédito e (iii) garantir a capacidade de fechar posições de mercado.

A Companhia é altamente dependente da TLA e instituições financeiras que, juntas, representam a quase totalidade das suas fontes de faturamento e receita da Companhia. Uma eventual diminuição na venda de pontos a qualquer dos principais parceiros, por qualquer razão pode ter um efeito adverso relevante para a Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui contratos de adiantamento a fornecedores para compra de passagens aéreas em aberto. O último contrato celebrado entre as partes foi assinado em outubro de 2012 no montante de R\$ 326 milhões.

4.2. Gestão de riscos comerciais

(a) Riscos relacionados ao resgate de pontos

O principal custo operacional da Companhia é a aquisição de pontos dos parceiros de coalizão e produtos, principalmente passagens aéreas, para a entrega de prêmios aos participantes da rede. Parte do resultado da Companhia advém de pontos vencidos e não resgatados pelos participantes, conhecido como *breakage*. A apropriação da receita de *breakage* no resultado baseia-se em tendências históricas. Espera-se uma diminuição do *breakage* na medida em que a Companhia expanda sua rede de parcerias comerciais. A Companhia tem a expectativa de neutralizar a redução esperada do *breakage*

por intermédio da sua política de precificação dos pontos vendidos aos parceiros comerciais. Caso os pontos não sejam adequadamente precificados, ou o volume de resgates exceda as expectativas da Companhia, a lucratividade pode ser afetada.

(b) Risco relacionado à concorrência

O mercado de redes e programas de fidelização no Brasil ainda está em fase de desenvolvimento. Na medida em que o mercado de atuação da Companhia se desenvolva e a competição aumente, será possível esperar que haja um aumento da concorrência desviando parcialmente os negócios que os parceiros comerciais ou participantes têm atualmente com a Companhia, ou possam ter no futuro, incluindo os prêmios adquiridos.

Os fatores que mitigam a elevação desse risco são: (i) cláusula de exclusividade: os contratos entre Multiplus e os parceiros de coalizão contêm cláusula de exclusividade e duração média de aproximadamente dois anos, com destaque para o contrato operacional com a TLA, cuja validade é de 15 anos a partir de 2010, (ii) competição atual: a Companhia já compete com programas de fidelização de companhias aéreas e outros programas individuais, especialmente no relacionamento com as instituições financeiras e (iii) efeito positivo sobre o mercado: o surgimento de outras redes de programas de fidelidade poderiam colaborar para a divulgação e compreensão do conceito de fidelização pelos participantes, favorecendo o crescimento do mercado como um todo.

O sucesso da Companhia depende em grande parte, da sua capacidade de atrair e reter parceiros comerciais que ofereçam produtos e serviços a preços compatíveis com os gastos dos participantes do Programa de Fidelidade.

4.3. Gestão de riscos operacionais

(a) Risco tecnológico

A Multiplus adota tecnologia de ponta em seus sistemas e na sua infraestrutura de TI, mantendo tais ativos atualizados e buscando minimizar a exposição aos riscos causados pela obsolescência tecnológica. Para tanto, também investe continuamente em renovação e atualização em TI, incluindo *hardware*, *software*, processos e pessoas.

(b) Risco de fraude

O risco de fraude em um modelo de negócios de parcerias de fidelidade jamais deve ser subestimado, uma vez que a Multiplus interage diariamente com milhares de pessoas e inúmeros estabelecimentos comerciais. A fim de reduzi-lo, a Companhia adota uma forte política de responsabilidades e direitos de acesso a colaboradores e parceiros. São empregadas segregação de responsabilidades, trilhas de auditoria (*audittrail*) e verificação cruzada de informações em seus sistemas e processos de negócios e retaguarda, todas continuamente revisadas e atualizadas.

(c) Risco de processos

As complexas operações tecnológicas da Multiplus fazem com que o impacto de mudanças em sistemas e processos represente um grande risco para os negócios e, portanto, devem ser muito bem planejadas e executadas.

Diante disso, a empresa adota um rigoroso controle de gerenciamento de mudanças (*Change Management*), que dispõe de ambientes para produção, homologação e integração segregados e replicados entre si. A Companhia conta ainda com rígidos processos de documentação, homologação, testes e aceitação de sistemas e documentação.

4.4. Análise de sensibilidade adicional - requerimento CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício, considerando os seguintes elementos, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/08:

- O cenário provável é definido como o cenário esperado pela administração da Companhia e referenciado por fonte externa independente;
- O cenário adverso possível considera uma deterioração de 25% na principal variável de risco determinante do valor justo dos instrumentos financeiros; e
- O cenário adverso remoto considera uma deterioração de 50% na principal variável de risco determinante do valor justo dos instrumentos financeiros.

(a) Aplicações financeiras

São mantidas majoritariamente em fundos de investimentos restrito que estão sob a gestão discricionária de terceiros. A custódia e administração dos mesmos estão centralizadas em um único agente, independente dos gestores. Além disso, os fundos possuem auditoria independente e fiscalização da CVM.

- Dinâmica do portfólio – os gestores podem alterar a composição do portfólio a qualquer momento, à sua discricção, dentro dos limites do Regulamento. Desta forma, a análise de sensibilidade, por ter como premissa a manutenção da carteira vigente em 31 de dezembro de 2012, pode ficar prejudicada, podendo levar a conclusões equivocadas.
- Controle de risco – o regulamento dos fundos estabelece limites de risco de mercado (*Value at Risk*) de 0,6% (Fundos Multimercado) e 0,15% (Fundos Renda Fixa), considerando horizonte de tempo de 21 dias úteis e 95% de confiança. A Companhia reconhece as limitações intrínsecas ao modelo de controle de risco, mas acredita em sua eficiência na prevenção de perdas materiais. Além do controle de risco do próprio gestor, o administrador dos fundos tem poderes para impedir a liquidação de operações que extrapolem o limite

de risco do fundo; adicionalmente, a Companhia contrata consultor independente para avaliar semanalmente os níveis de risco dos fundos.

- Restrições impostas pelo regulamento – o regulamento dos fundos veda expressamente alavancagens. Além do limite de risco de mercado, exposto acima, há limites adicionais de alocação em classes de ativos de maior volatilidade.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2012, adotamos como cenário provável a taxa de câmbio de fechamento de R\$ 2,0435/US\$. A partir dos fluxos de caixa projetados para o exercício de 2013, apuramos um incremento no fluxo de caixa decorrente da variação de 25% e 50% sobre a taxa vigente, conforme demonstramos a seguir:

- *Hedge* cambial de fluxo de caixa;
- Item protegido: contratação de valores determinados no período correspondente ao faturamento atrelado ao dólar americano, o qual representa aproximadamente entre 70% e 80% do faturamento total da Companhia; e
- Instrumentos: *Collar* taxa fixa em BRL vs. Taxa fixa em US\$

	25% R\$ 2,5544/US\$	-25% R\$ 1,5326/US\$	50% R\$ 3,0653/US\$	-50% R\$ 1,0218/US\$
Janeiro/Março - 2013	(43.332)	25.960	(82.775)	64.787
Abril/Junho - 2013	(42.597)	25.812	(83.286)	64.128
Julho/Setembro - 2013	(39.660)	26.211	(80.484)	62.994
Outubro/Dezembro - 2013	(31.887)	23.334	(67.376)	53.985
Janeiro/Março - 2014	(5.511)	6.436	(13.530)	13.077
R\$/US\$ - flutuação	(162.987)	107.753	(327.451)	258.971

4.5. Estimativa do valor justo

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, utilizando a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

- Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

- Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não se aplica à Companhia em 31 de dezembro de 2012.

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo:

	Nível 1	Nível 2	2012 Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo			
Fundo de investimento restrito (i)	849.868		849.868
Certificado de depósito bancário ("CDB")		2	2
Em 31 de dezembro	849.868	2	849.870
Ativos financeiros derivativos			
Derivativo de câmbio - <i>Collar</i>		194	194
Em 31 de dezembro		194	194
Passivos financeiros derivativos			
Derivativo de câmbio - <i>Collar</i>		31.314	31.314
Em 31 de dezembro		31.314	31.314

	Nível 1	Nível 2	2011 Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo			
Fundo de investimento restrito (i)	769.814		769.814
Letras financeiras	27.128		27.128
Certificado de depósito bancário ("CDB")	83.593		83.593
Em 31 de dezembro	880.535		880.535
Ativos financeiros derivativos			
Derivativo de câmbio - <i>Collar</i>		2.542	2.542
Em 31 de dezembro		2.542	2.542
Passivos financeiros derivativos			
Derivativo de câmbio - <i>Collar</i>		48.897	48.897
Em 31 de dezembro		48.897	48.897

(i) Refere-se a títulos públicos, privados e CDBs.

A rentabilidade média do ano foi de 8,74% a.a. (2011 - 12,1% a.a.), composto por títulos públicos, privados e operações compromissadas.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercado ativo é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronto e regularmente disponíveis, a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1 e compreendem os Fundos de Investimento Exclusivos e Certificados de Depósito Bancário - CDB, sendo que cada um desses fundos tem uma política clara de investimentos, com limites de concentração de risco nos correspondentes investimentos.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

- (1) Títulos públicos - referem-se a títulos do Governo Brasileiro de alta liquidez que têm seus preços disponíveis e baseados em transações efetivas em mercado organizado.
- (2) Títulos privados - referem-se, normalmente, a títulos de dívida para os quais o valor justo é determinado com base em transações efetivas em mercado organizado (quando há liquidez) ou em fluxo de caixa descontado, com base nas curvas de juros vigentes, quando não se observam transações efetivas.
- (3) Certificados de depósito e outros depósitos - valor justo determinado com base nas curvas de juros vigentes e em emissões recentes similares.
- (4) Instrumentos financeiros derivativos - usualmente, esses contratos não são negociados em mercado organizado, mas em mercado de balcão (*over-the-counter*). A Companhia estima o valor justo usando a técnica do modelo *Black & Scholes*. Esse modelo é amplamente aceito no mercado e reflete os termos contratuais do derivativo. Esse modelo não possui um elevado grau de subjetividade, uma vez que as metodologias utilizadas no modelo não admitem arbitrariedade e todas as informações para o modelo são facilmente observáveis nos mercados organizados.

Os fatores que influenciam o preço das opções são: preço do ativo-objeto, preço de exercício, volatilidade de preço do ativo-objeto, taxa de juros livre de risco, tempo de duração e taxa de juros em moeda estrangeira. Para os cálculos, utilizam-se como fonte de dados as informações divulgadas pela BM&FBovespa e Banco Central do Brasil.

4.6. Gestão de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

A administração monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. A estrutura do capital da Companhia é formada pelo seu endividamento líquido, definido como o total do passivo subtraído o montante de receita diferida. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com o endividamento líquido.

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente.

Os índices de alavancagem são demonstrados a seguir:

	2012	2011
Em 31 de dezembro		
Total do passivo	1.152.863	1.049.296
(-) Receita diferida	(1.025.952)	(794.297)
Endividamento líquido (1)	126.911	254.999
Total patrimônio líquido	149.246	259.138
Total do capital (2)	276.157	514.137
Índice de alavancagem financeira (1)/(2)	46,0%	49,6%

A redução no índice de alavancagem financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 resultou dos seguintes fatores: (i) O endividamento líquido diminuiu R\$ 128.088, decorrente: a) da redução do seu contas a pagar com a TAM Linhas Aéreas; b) pelo pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio referente ao resultado de 2011; c) do aumento da receita diferida; (ii) o total do patrimônio líquido também apresentou redução de R\$ 109.892 decorrente da antecipação de dividendos e juros sobre capital próprio referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e da contabilização de transações com derivativos por *hedge accounting*.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Derivativos usados para proteção (hedge)	Total
Ativos conforme balanço patrimonial					
Caixa e equivalente de caixa	39.811				39.811
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		849.870			849.870
Ativos financeiros mantidos até o vencimento			150.426		150.426
Contas a receber	138.430				138.430
Instrumentos financeiros derivativos				194	194
Em 31 de dezembro de 2012	178.241	849.870	150.426	194	1.178.731

		Passivos mensurados ao custo amortizado	Derivativos usados para proteção (<i>hedge</i>)	Total
Passivos conforme balanço patrimonial				
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		59.824		59.824
Instrumentos financeiros derivativos			31.314	31.314
Em 31 de dezembro de 2012		59.824	31.314	91.138

	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Derivativos usados para proteção (<i>hedge</i>)	Total
Ativos conforme balanço patrimonial					
Caixa e equivalente de caixa	9.186				9.186
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		880.535			880.535
Contas a receber	147.449				147.449
Instrumentos financeiros derivativos				2.542	2.542
Em 31 de dezembro de 2011	156.635	880.535		2.542	1.039.712

		Passivos mensurados ao custo amortizado	Derivativos usados para proteção (<i>hedge</i>)	Total
Passivos conforme balanço patrimonial				
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		114.884		114.884
Instrumentos financeiros derivativos			48.897	48.897
Em 31 de dezembro de 2011		114.884	48.897	163.781

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Caixas e contas bancárias	39.811	9.186
Em 31 de dezembro	39.811	9.186

7. ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

A Companhia possui recursos aplicados em “Letras Financeiras”, que tem como principal característica a proibição de resgate, total ou parcial, antes do vencimento pactuado. A administração entende que este tipo de aplicação deve ser classificado como “Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento”. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresenta um saldo de R\$ 150.426, registrado em sua totalidade no curto prazo (2011 – R\$ 138.009 registrado em sua totalidade no longo prazo).

8. CONTAS A RECEBER

	2012	2011
Contas a receber de clientes	139.014	147.449
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(584)	
Em 31 de dezembro	138.430	147.449

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída a partir do primeiro trimestre de 2012. A totalidade das contas a receber é denominada em reais. A composição do saldo por vencimento é a seguinte:

	2012	2011
A vencer	133.567	141.470
Vencidos:		
Até 60 dias	4.513	5.092
De 61 a 90 dias	193	105
De 91 a 180 dias	157	271
De 181 a 360 dias	175	173
Há mais de 360 dias	409	338
Em 31 de dezembro	139.014	147.449

A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2012 é o valor contábil de cada tipo de recebível acima mencionado.

9. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações com partes relacionadas refletem substancialmente os contratos assinados entre a Companhia e a TLA, conforme sumarizados abaixo:

(a) Contrato operacional

Firmado em 10 de dezembro de 2009, estabeleceu os termos e condições que regem o relacionamento entre a Companhia e a TLA, no que se refere: (i) à transferência pela TLA à Companhia da gestão, administração e operação do Programa TAM Fidelidade (“Programa”); (ii) à continuidade do gozo, pelos clientes da TLA que participam do Programa, dos benefícios do Programa mediante o uso de pontos a ele concedidos; e (iii) ao resgate dos pontos pelos membros do Programa através da Rede Multiplus. A TLA pagou à Companhia o montante de R\$ 3.240 (2011 – R\$ 3.240), referente a esta prestação de serviço durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Estabeleceu, também, as condições para a compra e a venda de pontos, a compra e a venda de passagens aéreas, a utilização da base de dados, a gestão do Programa TAM Fidelidade e as suas respectivas remunerações.

(b) Contrato de serviços compartilhados

Firmado em 10 de dezembro de 2009, estabeleceu os termos, condições e remuneração a ser paga pela Companhia à TLA pela utilização de serviços administrativos (contábil, financeiro e jurídico).

co). No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia desembolsou o montante de R\$ 7.626 (2011 - R\$ 7.626) para a TLA referente à utilização desses serviços administrativos.

(c) Compromisso de adiantamento de compra e venda de bilhetes aéreos

Firmado em 15 de janeiro de 2010, estabeleceu os termos, condições e remuneração que regeram a aquisição antecipada pela Companhia e a venda de passagens aéreas pela TAM, emitidas de tempos em tempos e utilizadas única e exclusivamente de modo a permitir que os membros da rede Multiplus realizassem o resgate de pontos em prestação de serviços de transporte aéreo, nos termos do Regulamento do Programa e conforme previsto no Contrato Operacional, não sendo permitido que tais recursos fossem utilizados com qualquer outra finalidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui contratos de adiantamento a fornecedores para compra de passagens aéreas em aberto. O último contrato celebrado entre as partes foi assinado em outubro de 2012 no montante de R\$ 326 milhões.

9.1. Saldos

	Prismah	TLA	TAM Viagens
Em 31 de dezembro de 2012			
Ativo circulante			
Contas a receber		15.744	
Conta corrente	1.220		
Passivo circulante			
Fornecedores (ii)		28.162	
Receita diferida (iii)		214.700	681
		242.862	681

	BTG	TLA	TAM Viagens
Em 31 de dezembro de 2011			
Ativo circulante			
Certificado de depósito bancário (CDB)	27.324		
Contas a receber		15.547	
Cobrançada (i)		39.425	
Instrumentos financeiros derivativos (iv)	864		
	28.188	54.972	
Ativo não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	7		
Passivo circulante			
Fornecedores (ii)		95.661	
Receita diferida (iii)		268.897	239
Instrumentos financeiros derivativos (iv)	8.276		
	8.276	364.558	239
Passivo não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos (iv)	7.779		
	7.779		

	BTG	TLA	TAM Viagens
Patrimônio líquido			
Hedge de fluxo de caixa (iv)	(14.639)		
Hedge de fluxo de caixa - realizado (iv)	518		
	(14.121)		

- (i) Saldo remanescente a receber da TLA referente ao repasse de recursos do contrato de *cobranded* (cartões de propriedade de instituições financeiras) e alianças com outras empresas aéreas, os quais foram faturados pela TLA durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Esses recursos estão sendo repassados pela TLA à Multiplus na medida do seu recebimento pela TLA.
- (ii) Refere-se à compra de passagens que a Multiplus realiza mensalmente junto à TLA.
- (iii) Saldo da receita diferida não apropriada, decorrente da venda de pontos Multiplus para a TLA e TAM Viagens.
- (iv) Operações contratadas com BTG Pactual. A partir de Julho de 2012, o BTG deixou de ser parte relacionada com a Multiplus, pois não tem mais representante no Conselho de Administração da Companhia.

9.2 .Transações

As transações com partes relacionadas que afetaram os resultados estão assim representadas:

	TLA	TAM Viagens	Total
Em 31 de dezembro de 2012			
Receita bruta de resgate de pontos (i)	209.471	207	209.678
Receita de <i>breakage</i>	87.870	100	87.970
Outras receitas (ii)	3.240		3.240
Custo de resgate de pontos (iii)	(1.092.156)	(589)	(1.092.745)
Despesas gerais e administrativas (iv)	(7.626)		(7.626)
Receitas financeiras (v)	2.115		2.115

	BTG Pactual	TLA	TAM Viagens	Total
Em 31 de dezembro de 2011				
Receita bruta de resgate de pontos (i)		203.203	147	203.350
Receita de <i>breakage</i>		95.045	92	95.137
Receita bruta - <i>Mark-to-market</i> (vi)	1.400			1.400
Outras receitas (ii)		3.240		3.240
Custo de resgate de pontos (iii)		(912.867)	(712)	(913.579)
Despesas gerais e administrativas (iv)		(7.626)		(7.626)
Receitas financeiras (v)	2.324			2.324
Despesas financeiras (vi)	(2.632)			(2.632)

- (i) Valor referente à venda de pontos Multiplus para a TLA e a TAM Viagens apropriada no período.
- (ii) Valor referente à remuneração pela gestão, administração e operação do Programa TAM Fidelidade, conforme previsto no Contrato Operacional.
- (iii) Valor bruto referente à compra de bilhetes aéreos e pacotes TAM Viagens como prêmio aos participantes, dado que na demonstração do resultado o custo é apresentado pelo valor líquido dos créditos de PIS e COFINS.
- (iv) Valor referente à remuneração paga à TLA pela prestação de serviços compartilhados, conforme Contrato de Serviços Compartilhados.
- (v) Valor referente ao adiantamento para compra de passagens aéreas.
- (vi) Valores referentes as operações de *hedge* e rendimentos de Certificados de Depósito Bancário com o BTG Pactual.

9.3. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do Conselho de Administração, presidente e diretores estatutários. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados e conselheiros está demonstrada a seguir:

	2012	2011
Benefícios de curto prazo		
Honorários do conselho de administração	687	396
Salários e participações no resultado/bônus	4.199	2.890
Plano de pensão de contribuição definida	103	84
Impostos e contribuições sociais	867	495
	5.856	3.865
Remuneração baseada em ações	2.548	2.394
Em 31 de dezembro	8.404	6.259

Não há outros benefícios de longo prazo e pós-emprego às pessoas-chave da administração em 31 de dezembro de 2012.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A distribuição do valor justo por classificação de crédito das contrapartes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é apresentada a seguir:

Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard&Poor's, Moody's ou Fitch)	Local de negociação	2012	2011
AAA*	Over-the-counter		(24.956)
AA+, AA ou AA-*	Over-the-counter	(4.538)	(21.399)
BBB ou -BBB	Over-the-counter	(26.582)	
Em 31 de dezembro		(31.120)	(46.355)
Ativo circulante			2.465
Ativo não circulante		194	77
Em 31 de dezembro		194	2.542
Passivo circulante		(27.303)	(20.489)
Passivo não circulante		(4.011)	(28.408)
Em 31 de dezembro		(31.314)	(48.897)
Patrimônio líquido			
Ajuste de avaliação patrimonial			
Hedge accounting		(53.813)	(53.515)
Hedge accounting - realizado		(3.216)	1.680
Imposto de renda e contribuição social diferidos		19.390	17.624
Em 31 de dezembro		(37.639)	(34.211)

(*) Os ratings são expressos em escala nacional. Cada agência possui uma maneira ligeiramente diferente de apresentar o rating. A tabela acima unifica as apresentações naquela que é, possivelmente, a mais difundida.

O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se for inferior a 12 meses.

Os ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo das opções são segregados entre valor intrínseco e valor temporal. O valor intrínseco corresponde à parcela efetiva do hedge de fluxo de caixa e tem seu registro inicial em conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, sendo reconhecido no resulta-

do no mesmo momento em que a operação protegida se tornou realizada e ponderando a velocidade do resgate de pontos objeto do *hedge*. O valor temporal corresponde à parcela não efetiva do *hedge* de fluxo de caixa e tem seu reconhecimento em conta específica no resultado financeiro da Companhia.

A parcela inefetiva reconhecida no resultado decorrente de operações de *hedge* de fluxo de caixa proporcionou um ganho de R\$ 18.438 (2011 – zero) e uma perda de R\$ 791 (2011 – perda de R\$ 6.584) (Nota 22).

A Companhia acompanha a concentração de instrumentos financeiros em uma única contraparte. Políticas internas exigem a comunicação de concentrações excessivas ao Comitê de Riscos Financeiros. Em 31 de dezembro de 2012, a concentração

de *notional* de derivativos de câmbio estão concentrados em duas contrapartes, com *rating* BBB e -BBB. A Companhia considera esse risco de concentração aceitável.

Não há valores dados em garantias para as operações contratadas.

A tabela a seguir apresenta o respectivo *notional* e o valor justo dos derivativos em aberto por vencimento. A data de vencimento do derivativo é também a data em que a venda altamente provável de pontos deverá ser faturada. As vendas altamente prováveis de pontos deverão ser reconhecidas no resultado depois de faturadas e a administração espera que elas sejam reconhecidas no resultado, em média, em até seis meses após o faturamento:

	2013	2014	2015	Total
Em 31 de dezembro de 2012				
Valor notional – US\$	(283.000)	(18.000)		(301.000)
Valor justo – R\$	(30.002)	(1.118)		(31.120)

	2013	2014	2015	Total
Em 31 de dezembro de 2011				
Valor notional – US\$	303.000	265.000	2.000	570.000
Valor justo – R\$	(20.125)	(25.722)	(508)	(46.355)

11. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

A Companhia celebra contratos de adiantamentos a seus principais fornecedores em face da demanda por prêmios dos membros de seu programa de fidelidade.

	2012	2011
Adiantamentos a fornecedores	21.217	24.624
Em 31 de dezembro	21.217	24.624
Curto prazo	(11.572)	(8.208)
Longo prazo	9.645	16.416

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando existe um direito legal de compensar os créditos tributários com os débitos tributários e desde que administrados pela mesma autoridade fiscal.

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, sem levar em conta a compensação de saldos na mesma jurisdição fiscal, é a seguinte:

	2011	Debitado (creditado) à DRE	Debitado (creditado) no patrimônio líquido	2012
Diferenças temporárias				
Provisão para perdas/ganhos com derivativos	15.761	(6.000)	820	10.581
Provisão para derivativos realizados não reconhecidos no resultado	(571)		1.664	1.093
IOF sobre operações de <i>hedge accounting</i>	2.165		(718)	1.447
Outros	1.187	1.703		2.890
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	18.542	(4.297)	1.766	16.011
Expectativa de realização até 12 meses	11.246			15.459
Expectativa de realização acima de 12 meses	7.296			552
	2010	Debitado (creditado) à DRE	Debitado (creditado) no patrimônio líquido	2011
Diferenças temporárias				
Provisão para perdas/ganhos com derivativos		(269)	16.030	15.761
Provisão para derivativos realizados não reconhecidos no resultado			(571)	(571)
Imposto sobre operações financeira (IOF) sobre operações de <i>hedge accounting</i>			2.165	2.165
Outros	1.217	(30)		1.187
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	1.217	(299)	17.624	18.542
Expectativa de realização até 12 meses	1.217			11.246
Expectativa de realização acima de 12 meses				7.296

(a) Despesa com imposto de renda e contribuição social

	2012	2011
Corrente	(111.653)	(130.837)
Diferido	(4.297)	(299)
Em 31 de dezembro	(115.950)	(131.136)

O imposto de renda e contribuição social apurados sobre o lucro da Companhia, antes da tributação, diferem do valor teórico que resultaria usando-se a média ponderada das alíquotas dos tributos aplicáveis ao lucro de Multiplus, como segue:

	2012	2011
Em 31 de dezembro	340.255	405.382
Lucro antes da tributação	34	34
Alíquota nominal - %		
Imposto de renda e contribuição social	(115.687)	(137.830)
Despesas indedutíveis	132	
Resultado de equivalência patrimonial - joint venture	(749)	
Plano de remuneração baseado em ações	(2.773)	
Crédito tributário sobre juros sobre capital próprio pago	2.899	7.511
Incentivo cultural - Lei Rouanet	1.500	
Ajuste na provisão do exercício de 2011	(808)	
Outros	(464)	(817)
Despesa tributária de imposto de renda e contribuição social	(115.950)	(131.136)
Alíquota efetiva - %	34,1	32,3

Os anos-base de 2009 a 2012 estão sujeitos a exame pelas autoridades tributárias brasileiras.

13. INVESTIMENTOS - JOINT VENTURE

Prismah Fidelidade S.A. é uma entidade controlada em conjunto com a Aimia (Nota 1.2), na qual a participação societária na investida não possibilita decisão unilateral que afete os retornos sobre o investimento. Multiplus possui 50% das ações da investida e a participação nesse investimento está contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. A participação nos resultados dessa sociedade é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da investidora.

(a) Movimentação do investimento

	Quantidade de ações	Valor do capital social
Em 31 de dezembro de 2011		
Integralização de capital - AG Constituinte (*)	500	1
Aumento de capital - AGE (**) 18/09/2012	6.571.500	6.571
Resultado de equivalência patrimonial		(2.203)
Em 31 de dezembro de 2012	6.572.000	4.369

(*) Assembleia Geral

(**) Assembleia Geral Extraordinária

(b) Informações sobre a investida

	2012
Em 31 de dezembro	
Capital social	13.144
Quantidade de ações – ordinárias	13.144.000
Possuídas – ordinárias	6.572.000
% de participação	50,0
Patrimônio líquido	13.144
Valor do investimento	4.369
Prejuízo do período	(4.406)
Resultado da equivalência patrimonial	(2.203)
Rubricas da investida	
Ativo circulante	8.902
Ativo não circulante	4.649
Passivo circulante	4.814
Receitas no exercício	336
Despesas no exercício	(4.742)

14. INTANGÍVEL

	Gerados internamente	Outros ativos intangíveis	Total
Custo total	1.000	20.341	21.341
Amortização acumulada	(53)	(1.015)	(1.068)
Em 31 dezembro de 2010	947	19.326	20.273
Adições	7.230	18.225	25.455
Transferências (i)	(8)	(21)	(29)
Amortização	(305)	(4.587)	(4.892)
Em 31 de dezembro de 2011	7.863	32.944	40.807
Custo total	8.222	38.545	46.767
Amortização acumulada	(359)	(5.602)	(5.960)
Em 31 de dezembro de 2011	7.863	32.944	40.807
Adições	7.047	15.540	22.587
Transferências (i)		(911)	(911)
Amortização	(1.552)	(3.966)	(5.518)
Em 31 de dezembro de 2012	13.358	43.607	56.965
Custo total	15.269	53.175	68.443
Amortização acumulada	(1.911)	(9.567)	(11.478)
Em 31 de dezembro de 2012	13.358	43.607	56.965

(i) Transferência para imobilizado

Tanto para os ativos intangíveis gerados internamente quanto outros ativos intangíveis, o saldo de projetos de tecnologia da informação refere-se substancialmente à implantação do sistema Siebel que efetua o controle de pontuação do Programa bem como a gestão dos resgates e venda de pontos pelos parceiros. O sistema entrou em operação no mês de agosto de 2010 e o prazo de amortização previsto é de até dez anos. A amortização registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi integralmente alocada como despesas gerais e administrativas (Nota 20).

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2012	2011
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") a recolher	3.666	3.408
Imposto de renda pessoa física ("IRRF") a recolher		3.405
Imposto sobre operações financeiras ("IOF") a recolher		6.396
Outros tributos a recolher	173	214
Em 31 de dezembro	3.839	13.423

16. RECEITA DIFERIDA

A receita diferida do Programa Fidelidade é contabilizada com base no número de pontos em aberto e a taxa média histórica de não resgate de pontos (*breakage*) dos últimos 12 meses. Na Multiplus, os pontos expiram após dois anos da data de emissão. O saldo está composto como segue:

	2012	2011
Receita diferida	882.797	666.371
Provisão para <i>breakage</i>	143.123	127.926
Outras receitas diferidas	155	
Em 31 de dezembro	1.026.075	794.297
Curto prazo	(1.025.952)	(794.297)
Longo prazo	123	

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital autorizado

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.200.000 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 1.200.000), podendo ser aumentado, até esse limite, com a emissão de ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 o capital subscrito e integralizado está representado por 161.964.306 ações ordinárias escriturais (2011 - 161.371.285). Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

De acordo com o contrato de adesão assinado com a BOVESPA, a Companhia cumpriu o requisito de que, no mínimo, 25% de suas ações estejam disponíveis para negociação no mercado.

A movimentação do capital está resumida a seguir:

	Quantidade de ações	Valor do capital social
Em 31 de dezembro de 2010	161.294.000	692.385
Redução de capital conforme AGE de 18/03/2011		(600.014)
Aumento de capital conforme RCA de 10/10/2011	77.285	1.351
Em 31 de dezembro de 2011	161.371.285	93.722
Aumento de capital conforme RCA de 13/09/2012	483.882	6.833
Aumento de capital conforme RCA de 24/10/2012	77.285	1.461
Aumento de capital conforme RCA de 23/11/2012	31.854	870
Em 31 de dezembro de 2012	161.964.306	102.886

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de mercado das ações era de R\$ 47,72 (2011 – R\$ 32,25) por ação.

(c) Reserva de capital

A reserva de capital abrange as seguintes reservas:

- (i) Os custos de transação incorridos pela realização da oferta pública de ações realizada em 5 de fevereiro de 2010, no total de R\$ 23.322, líquido de impostos (2011 – R\$ 23.322).
- (ii) Os créditos relativos à despesa incorrida com o plano de remuneração baseado em ações e que são transferidos para os lucros acumulados quando as opções são exercidas ou expiram.

(d) Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta pelas seguintes reservas:

- (i) Reserva legal: a legislação brasileira estabelece que deva ser constituída uma reserva, mediante a apropriação de 5%

(cinco por cento) do lucro líquido do exercício, até que a reserva atinja o limite de 20% do capital social.

- (ii) Lucros retidos: na forma da proposta dos órgãos da administração à Assembleia Geral, do valor que excede o dividendo mínimo obrigatório.

(e) Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva de ajuste de avaliação patrimonial inclui a parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa relacionados a operações objeto de proteção que ainda não foram incorridas. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados, integral ou parcialmente, para o resultado do exercício, conforme a sua realização.

(f) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	2012	2011
Em 31 de dezembro		
Lucro líquido do exercício	224.305	274.246
(-) Destinação para a reserva legal – 5% (i)	(1.833)	(12.825)
Lucro a distribuir	222.472	261.421
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	55.618	65.355
Total da distribuição proposta	222.472	261.421
(-) Dividendos antecipados	(146.810)	
(-) Juros sobre capital próprio antecipado, líquido de imposto de renda retido na fonte	(7.317)	(18.778)
(-) Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio antecipado	(1.209)	(3.314)
Saldo dos dividendos propostos	67.136	239.329
Dividendo mínimo obrigatório proposto a distribuir, no passivo circulante		46.577
Reserva de lucros a distribuir – dividendo adicional proposto (ii)	67.136	192.752

(i) A reserva legal foi constituída até o limite de 20% do capital social em 2012.

(ii) Refere-se à proposta dos órgãos da administração à Assembleia Geral, para retenção do valor que excede o dividendo mínimo obrigatório no estatuto.

	Deliberação		Total dos dividendos aprovados
Em 31 de dezembro de 2012			
Tipo de deliberação	RCA - 7/11/2012		
Data de pagamento	19/11/2012		
Tipo de rendimento	JCP	Dividendos	
Valor bruto	8.526	146.810	155.336
IRRF	(1.209)		(1.209)
Valor líquido	7.317	146.810	154.127
Valor bruto por ação	0,05265	0,90661	0,95926
Valor líquido por ação	0,04475	0,90661	0,95136
Em 31 de dezembro de 2011			
Tipo de deliberação	RCA - 23/12/2011	Diretoria - 31/12/2011	
Data de pagamento	10/01/2012	30/04/2012	
Tipo de rendimento	JCP	Dividendo	
Valor bruto	22.092	46.577	68.669
IRRF	(3.314)		(3.314)
Valor líquido	18.778	46.577	65.355
Valor bruto por ação	0,13690	0,28863	0,42553
Valor líquido por ação	0,11636	0,28863	0,40499

(g) Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio (“JCP”)

Durante o exercício de 2012, a Companhia realizou os seguintes pagamentos e distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio:

- Em 9 de fevereiro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos referente ao saldo re-

manescente do resultado apurado durante o exercício de 2011, no montante de R\$ 239.329. O total pago de dividendos e juros sobre capital próprio no período foi de R\$ 258.107, líquido de impostos.

- Em 7 de novembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 146.810 e juros sobre capital próprio no valor de R\$ 8.526 ou R\$ 7.317, líquido de impostos.

18. PLANO DE REMUNERAÇÃO
BASEADO EM AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de outubro de 2010, os acionistas da Companhia aprovaram a diluição máxima de 3% (três por cento) do número de ações em circulação que poderá ser utilizada pela diretoria para concessão de opções aos seus funcionários. O quadro abaixo demonstra a movimentação incorrida no exercício de 2012:

	Número de opções em circulação	Preço médio de exercício
Em 31 de dezembro de 2010	1.660.759	18,07
Canceladas	(6.196)	24,80
Exercidas	(77.285)	17,49
Em 31 de dezembro de 2011	1.577.278	14,64
Outorgadas	440.563	31,41
Canceladas	(533.559)	15,82
Exercidas	(593.021)	15,48
Em 31 de dezembro de 2012	891.261	23,35

Sob os termos do plano, as opções cedidas para a outorga regular são divididas em três partes iguais e os empregados poderão exercer uma terça parte das suas opções de dois, três e quatro anos, respectivamente, se ainda empregados pela Companhia naquela ocasião. A vida contratual das opções é de sete anos após a outorga da opção. A 1ª outorga extraordinária foi dividida em duas partes iguais que poderão ser exercidas metade das suas opções depois de três anos e a outra

metade após quatro anos. A 2ª outorga extraordinária foi também dividida em duas partes iguais que poderão ser exercidas após um ano e dois anos, respectivamente.

A opção contém uma “condição de serviço”, na qual o exercício das opções depende exclusivamente da prestação de serviços pelo empregado por período pré-definido. Os empregados demitidos têm a obrigação de atender a determinadas condições suspensivas para a manutenção do direito de exercício das opções.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia aprovou a fixação do preço de exercício em R\$ 20,00 por ação, referente à outorga especial relacionada à contratação do atual Diretor Presidente e à redução do preço de exercício em R\$ 3,72 (três reais e setenta e dois centavos) por ação, em razão da redução de capital social, para as demais outorgas. O recálculo das outorgas considerando o novo preço de exercício gerou uma despesa adicional de R\$ 3.114 que vem sendo ajustada prospectivamente pelo prazo remanescente das outorgas.

Em 3 de outubro de 2011, a Companhia aprovou a fixação do preço de exercício em R\$ 16,28 por ação, referente à outorga especial em razão da redução do capital social. O recálculo da outorga considerando o novo preço de exercício gerou uma despesa incremental de R\$ 312, que vem sendo ajustada prospectivamente pelo prazo remanescente da outorga.

As opções são avaliadas pelo modelo de precificação *Black-Scholes*. A tabela a seguir mostra os detalhes das variações nas opções, em conjunto com as variáveis utilizadas para avaliação das opções concedidas. O preço de exercício é ajustado pelo IGP-M, a partir da data de concessão das opções até a data de exercício.

Em 31 de dezembro de 2012, as premissas utilizadas para o cálculo do valor justo das outorgas foram as seguintes:

	1ª. Outorga	2ª. Outorga	3ª. Outorga	1ª. Outorga extraordinária	2ª. Outorga extraordinária	3ª. Outorga extraordinária	Total
Data da outorga	4/10/2010	8/11/2010	16/04/2012	4/10/2010	4/10/2010	16/04/2012	
Data da última modificação	30/06/2011	30/06/2011	N/A	30/06/2011	30/06/2011	N/A	
Quantidade de ações	98.361	36.799	378.517	1.370.999	154.570	62.046	2.101.292
Preço de exercício na data da outorga após a modificação	23,61	27,83	31,41	12,28	16,28	31,41	
Taxa de juros, isenta de risco - %	12,15	12,15	10,30	12,15	11,88	8,86	
Tempo médio contratual -anos	4,63	4,67	4,75	4,88	3,25	4,75	
Rendimento esperado do dividendo - %	2,60	2,60	4,17	2,60	2,59	4,17	
Volatilidade das ações no mercado - %	33,79	33,79	32,78	33,79	34,24	32,78	
Preço no mercado acionário na data da outorga - R\$	26,90	31,55	38,36	26,90	26,90	38,36	
Preço no mercado acionário na data da última modificação - R\$	27,20	27,20	N/A	27,20	27,10	N/A	
Valor justo da opção na data da outorga - R\$	11,58	14,06	14,68	16,91	10,53	13,86	
Valor justo da opção na data da modificação - R\$	12,17	10,71	N/A	17,35	14,29	N/A	
Preço médio de exercício ajustado - 31/12/2012	27,33	32,21	33,65	14,36		33,65	
Média da vida útil contratual remanescente	3,92	3,96	4,69	4,13		4,67	
Quantidade de opções em circulação - 31/12/2012	61.463	2.245	362.272	403.235		62.046	891.261
Quantidade de opções a exercer - 31/12/2012							

A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica das ações da Companhia negociadas em Bolsa. A vida contratual remanescente média se baseia na expectativa de exercício.

19. RECEITA POR NATUREZA

	2012	%	2011	%	Variação no período - %
Em 31 de dezembro					
Receita					
De resgate de pontos	1.425.055	87,5	1.026.456	74,7	38,8
Hedge de receita de pontos	(14.433)	(0,9)	9.740	0,7	248,2
Breakage	214.254	13,2	318.743	23,3	32,8
Da prestação de serviços	3.240	0,2	3.240	0,2	0,0
Outras receitas	27	0,0	15.267	1,1	(99,8)
Receita bruta	1.628.143	100,0	1.373.446	100,0	18,5
Impostos e outras deduções	(152.129)		(126.634)		20,1
Receita líquida	1.476.014		1.246.812		18,4

20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Custos dos serviços e resgates de pontos	Vendas	Gerais e administrativas	Total	%
Pessoal		7.277	31.863	39.140	3,2
Honorários da administração			687	687	0,1
Custo de resgate de pontos (i)	1.092.431			1.092.431	88,2
Depreciação e amortização (ii)			5.841	5.841	0,5
Serviços de terceiros		9.484	39.317	48.801	3,9
Vendas e marketing		22.582		22.582	1,8
Outras (iii)		1.719	27.206	28.925	2,3
Em 31 de dezembro de 2012	1.092.431	41.062	104.914	1.238.407	100,0
Pessoal		4.924	27.424	32.348	3,5
Honorários da administração			396	396	0,0
Custo de resgate de pontos (i)	842.068			842.068	89,9
Depreciação e amortização (ii)			5.022	5.022	0,5
Serviços de terceiros		8.550	22.706	31.256	3,3
Vendas e marketing		15.945		15.945	1,7
Outras		2.952	6.576	9.528	1,1
Em 31 de dezembro de 2011	842.068	32.371	62.124	936.563	100,0

(i) Líquido dos créditos de PIS e COFINS.

(ii) A Companhia realizou análise do prazo de vida útil econômica dos itens do ativo intangível. Como consequência dessa revisão que visou reavaliar o prazo de vida útil e a amortização remanescente ao período de vida residual dos bens, foi registrado um impacto a crédito no resultado do período, na comparação com a depreciação que teria sido registrada com base nas estimativas utilizadas no período anterior, no montante de R\$ 2.578, líquido de impostos.

(iii) O aumento em 31 de dezembro de 2012 quando comparado ao do mesmo período do ano anterior, deve-se ao aumento no volume de pontos reembolsados.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os custos de pessoal têm a seguinte composição:

	2012	2011
Salários e bonificações	24.527	18.339
Remuneração baseada em ações	8.155	9.915
Plano de pensão de contribuição definida	340	166
Impostos e contribuições sociais	6.118	3.928
Em 31 de dezembro	39.140	32.348

22. RESULTADO FINANCEIRO

	2012	2011
Receita		
Receita de juros sobre aplicações financeiras	85.722	101.724
Receita de juros sobre partes relacionadas	2.115	234
Outros	1.236	64
Em 31 de dezembro	89.073	102.022
Despesa		
Juros passivos	(155)	(121)
Despesas bancárias	(67)	(138)
Outros	(1.647)	(46)
Em 31 de dezembro	(1.869)	(305)
Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa		
Ganho	18.438	
Perda	(791)	(6.584)
Em 31 de dezembro	17.647	(6.584)
Resultado financeiro líquido em 31 de dezembro	104.851	95.133

23. LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico

O lucro básico em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas ordinários da Companhia de R\$ 224.305 (2011 - R\$ 274.246) e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, de 161.533 mil (2011 - 161.311 mil), conforme quadro abaixo:

	2012	2011
Em 31 de dezembro		
Lucro líquido atribuídos aos acionistas da Companhia	224.305	274.246
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	161.533	161.311
Lucro líquido básico por ação (R\$/ação)	1,38860	1,70010

(b) Diluído

O lucro diluído em 31 de dezembro de 2012, foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas ordinários da Companhia de R\$ 224.305 (2011 - R\$ 274.246) e na média ponderada de ações ordinárias, após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias passíveis de diluição totalizando 162.344 mil ações em 2012 (2011 - 162.112 mil), calculadas conforme quadro abaixo:

	2012	2011
Em 31 de dezembro		
Lucro líquido atribuídos aos acionistas da Companhia	224.305	274.246
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	161.533	161.311
Ajuste por ação de compra de ações (em milhares)	811	801
	162.344	162.112
Lucro líquido básico por ação (R\$/ação)	1,38166	1,69170

24. COMPROMISSOS FUTUROS

Companhia possui obrigações decorrentes da contratação de fornecedores para o desenvolvimento de seus projetos de TI, manutenção dos equipamentos e ambiente de rede. Estes valores não estão refletidos no balanço patrimonial. Os vencimentos têm a seguinte distribuição por período:

	Valores – R\$ mil
2013	3.300
2014	1.865
Em 31 de dezembro de 2012	5.165

25. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia possui ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, não sendo, portanto, requerida provisão em 31 de dezembro de 2012. Os montantes estimados são demonstrados a seguir:

	Valor – R\$ mil	Quantidade
Em 31 de dezembro de 2012		
Possibilidade de perda		
Possível	2.841	213

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

No mês de janeiro de 2013 a Companhia realizou o pagamento antecipado para compra de bilhetes aéreos da TLA, no valor total de R\$500.000 conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de dezembro de 2012, com taxa de juros de mercado.

Em 27 de fevereiro de 2013, Conselho de Administração aprovou a distribuição integral, sujeita à ratificação da Assembleia Geral Ordinária, do saldo da reserva de lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, após efetuadas as retenções legais e as deduções dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente, sendo distribuídos como dividendos o valor de R\$64.068, correspondente a R\$0,39557 por ação, e juros sobre o capital próprio no valor de R\$3.069, correspondente a R\$0,01895 por ação, ou de R\$2.608, líquido de imposto de renda na fonte, correspondente a R\$0,01611 por ação. Os dividendos e juros sobre o capital próprio serão pagos a partir de 18 de março de 2013.

Em fevereiro de 2013 foram celebrados, os seguintes Termos Aditivos ao Contrato Operacional, firmado entre a TLA e Multiplus em 10 de dezembro de 2009: (i) 10º. Termo Aditivo para prorrogação dos termos e condições anteriormente estabelecidos até 31 de maio de 2013, e (ii) 11º. Termo Aditivo o qual consolida, entre outras condições, o cálculo dos preços de pontos e de bilhetes aéreos, com o intuito de manter a estabilidade a longo prazo e o compartilhamento da tomada de decisões críticas, que passará a vigorar a partir de 1º de junho de 2013, e que foram aprovados na reunião do Conselho de Administração de 28 de fevereiro de 2012.

Wellington de Oliveira – Contador – 1SP259869/O-6

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Multiplus S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Multiplus S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Multiplus S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

OUTROS ASSUNTOS

Informação suplementar - Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase - operações com partes relacionadas

A companhia mantém operações comerciais em montantes relevantes com partes relacionadas, as quais são realizadas nas condições referidas na Nota 9. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1 "S" SP

Parecer do conselho fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal, abaixo assinados, tendo analisado as demonstrações financeiras da Multiplus S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, tendo como base os respectivos trabalhos, as informações prestadas pela administração e o parecer dos auditores independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, entendem que se encontram em condições de serem submetidas à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2013.

Conselheiros:

Edvaldo Massao Murakami
Antonio Fernando Siqueira Rodrigues
Antonio Sergio Bartilotti
Nilton Maia Sampaio
Eduardo Grande Bittencourt

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes

Declaração

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Multiplus S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901, na cidade de São Paulo, inscrita no CNPJ 11.094.546/0001-75, declara que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Multiplus referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Multiplus relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013.

Eduardo Campos Gouveia
Diretor-Presidente

Sandoval Martins Pereira
Diretor Financeiro, Relações com Investidores e Diretor de Operações